

Ata da 13.^a (décima terceira) Sessão Extraordinária, na 2.^a (segunda) Sessão Legislativa da 20.^a (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 21h25 (vinte e uma horas e vinte e cinco minutos) do dia 20 de julho de 2026, sob a presidência do vereador **Renato Mayer Cruz**. O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Brenda Garcia de Souza Silva, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds Donizete da Fonseca, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves**. Registrou-se, para os devidos fins, a ausência justificada do **Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende**, permanecendo válidos os motivos consignados na ata da sessão ordinária realizada anteriormente nesta mesma data. Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Em seguida, passou-se para a apreciação da **Ordem do Dia**, para a *deliberação em único turno o Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 24/2026, que "Reabre o prazo para adesão ao Programa de Incentivo à Regularização da Dívida Tributária – REFIS GLÓRIA/2026, instituído pela Lei Municipal nº 1.775, de 10 de fevereiro de 2026, e dá outras providências"*, encaminhado pelo Executivo Municipal para tramitação em regime de extrema urgência. **Colocado em sua única votação, o Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 24/2026 foi aprovado por unanimidade dos Presentes.** Por fim, deliberaram em único turno o *Projeto de Lei nº 27/2026, que "Autoriza a antecipação do pagamento do décimo terceiro salário no âmbito da Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências"*, encaminhado pelos membros da Mesa, com tramitação em regime de extrema urgência. **Colocado em sua única votação, o Projeto de Lei nº 27/2026 foi aprovado por unanimidade dos Presentes.** Nada mais a tratar, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou vereadores para a 76.^a (septuagésima sexta) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 27 (vinte e sete) de julho de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz

Ata da 76.^a (septuagésima sexta) Sessão Ordinária, da 2.^a (segunda) Sessão Legislativa da 20.^a (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 27 (vinte e sete) de julho de 2026, sob a presidência do vereador **Renato Mayer Cruz**. O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Alexandre Maciel, Brenda Garcia de Souza Silva, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds da Fonseca, Henrique Augusto Corrêa Rezende, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves**. Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a esta **Secretária** a leitura do

A Ordem por princípio

expediente do dia, que constou o seguinte. **Expediente:** 1 – Discussão e votação das atas da 75.^a (septuagésima quinta) Sessão Ordinária e 13.^a (décima terceira) Sessão Extraordinária, realizadas em 20 julho de 2026. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** 1 – Ofício n.º 178/2026, encaminhando para apreciação, em regime de extrema urgência, o Projeto de Lei Substitutivo n.º 02 ao Projeto de Lei nº 22/2026, que “Institui o Programa Municipal de Apoio à Guarda Familiar Subsidiada no Município de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências”. 2 – Ofício n.º 180/2026, encaminhando para apreciação, o Projeto de Lei Complementar nº 02/2026, que “Altera a Lei Complementar Municipal nº 006/1993 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João Batista do Glória/MG, para regulamentar os adicionais de insalubridade e de periculosidade, e dá outras providências”. 3 – Ofício n.º 174/2026, em resposta ao Requerimento n.º 20/2026, de autoria do Vereador Cresio Costa. 4 – Ofício n.º 177/2026, solicitando a prorrogação do prazo de resposta dos requerimentos 24/2026 e 26/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, e 27/2026, de autoria do Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Ofício n.º 20/2026, originário da Secretaria Municipal de Fazenda, apresentando Nota Explicativa acerca da emissão indevida de guias de IPTU para imóveis rurais. 2 – Ofício n.º 80/2026, provindo da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício n.º 142/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca. 3 – Resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura ao Ofício n.º 202/2026, de autoria da Vereadora Brenda Garcia de Souza Silva. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Requerimento n.º 31/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal envie a prestação de contas completa do Festival Gastronômico do Glória 2026, com informações sobre os recursos utilizados, suas fontes de origem, a aplicação dos valores e os respectivos documentos comprobatórios. 1 – Requerimento n.º 32/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, de São João Batista do Glória, informe sobre a possibilidade de disponibilização de aplicativo oficial da Autarquia para Android e iOS, bem como sobre a existência de estudos, planejamento ou previsão para sua implantação no Município. Antes de dar início ao Pequeno Expediente, o **Presidente** informou que o Poder Executivo Municipal encaminhou ofício convidando os vereadores e a população a participarem da Audiência Pública destinada à discussão do Projeto de Lei n.º 19/2026, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LDO) do Município de São João Batista do Glória/MG para o exercício financeiro de 2027. Esclareceu que a audiência será realizada no dia 06 de agosto de 2026, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal. Na sequência, o **Presidente** apresentou um resumo das principais ações realizadas pela Administração Municipal no período de 20 a 24 de julho. Informou, ainda, que essa prestação de informações passará a ser realizada semanalmente, com o objetivo de conferir maior transparência às ações do Poder Executivo, manter a população informada e auxiliar os vereadores no acompanhamento e na fiscalização dos atos da Administração Municipal. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e, inicialmente e

usaram a palavra os seguintes vereadores. Como primeiro orador, fez uso da palavra o **Vereador Danilo**, que cumprimentou o Senhor Presidente, os nobres Vereadores, a população presente e todos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, desejou a todos uma semana produtiva e abençoada. Dando prosseguimento à sua manifestação, o Vereador voltou a abordar a questão dos carnês de IPTU emitidos para propriedades rurais, afirmando que a situação continuava gerando insegurança entre os contribuintes. Ressaltou que o ofício encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara informava que os cidadãos deveriam comparecer à Prefeitura para solicitar o cancelamento das cobranças emitidas indevidamente, entendimento com o qual manifestou discordância. Questionou quais providências seriam adotadas caso os contribuintes deixassem de comparecer ao setor responsável, indagando se tais débitos poderiam resultar em inscrição em dívida ativa ou negativação dos respectivos nomes. Também levantou questionamentos acerca dos contribuintes que já haviam efetuado o pagamento dos boletos emitidos equivocadamente, defendendo que a Administração Municipal deveria prestar esclarecimentos públicos sobre todas essas situações. Em seguida, solicitou que esta Secretária encaminhasse ofício ao Poder Executivo requerendo informações sobre a quantidade de carnês regularmente emitidos e distribuídos, bem como sobre o número de boletos confeccionados indevidamente para imóveis rurais, incluindo os respectivos custos adicionais de impressão e distribuição suportados pelo Município. Justificou o pedido afirmando que tais informações não constavam do ofício encaminhado à Câmara e eram necessárias para dimensionar os impactos financeiros decorrentes do equívoco administrativo. Em continuidade, o **Vereador Danilo** solicitou o envio de novo ofício ao Poder Executivo requerendo que o Departamento de Tributos mantivesse atendimento ao público até as 17 horas. Argumentou que, embora o quadro de servidores do setor tivesse sido ampliado, o horário de funcionamento havia sido reduzido, circunstância que, em seu entendimento, prejudicava o atendimento à população. Destacou que, em gestões anteriores, o serviço era prestado por número reduzido de servidores e permanecia disponível durante todo o expediente administrativo, razão pela qual defendeu a manutenção do atendimento integral ao cidadão. Prosseguindo, voltou a tratar da manutenção da iluminação pública no Município. Afirmou que, apesar da existência de recursos expressivos provenientes da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP, os serviços continuavam sendo executados de forma improvisada, sem equipamentos e veículos adequados para garantir maior eficiência e segurança aos servidores responsáveis pelas intervenções. Defendeu a adoção de protocolo organizado para atendimento das solicitações encaminhadas pela população, permitindo o controle da ordem cronológica dos pedidos e possibilitando aos cidadãos acompanhar a situação de suas demandas. Ressaltou que frequentemente era procurado por moradores em busca de informações sobre a previsão de atendimento, sem que dispusesse de mecanismo oficial para prestar tais esclarecimentos. Na sequência, o Vereador relatou visita institucional realizada, na semana anterior, às Câmaras Municipais de Poços de Caldas, Guaxupé e Andradas, oportunidade em que conheceu projetos desenvolvidos pelas respectivas Escolas do Legislativo. Destacou, em especial, o trabalho realizado pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Poços de Caldas, voltado à formação cidadã, política e cultural de crianças, adolescentes e adultos. Salientou que iniciativas dessa natureza contribuem

A Ordem por princípio

para o fortalecimento da democracia e para a formação de futuros agentes públicos mais preparados para o exercício da vida política. O **Vereador Danilo** informou que o Programa Câmara Jovem, implantado no Município, representava importante avanço nesse sentido, manifestando o desejo de ampliar o projeto por meio de novas ações educativas. Destacou que a política influencia diretamente diversos aspectos da vida cotidiana da população, como tributação, preços de combustíveis, economia e prestação de serviços públicos, defendendo a importância de aproximar a comunidade, especialmente crianças e jovens, do funcionamento das instituições democráticas. O Vereador registrou, ainda, agradecimento à Diretora da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Poços de Caldas, Sra. Thaís, pela receptividade e pela disponibilização de materiais didáticos e bibliográficos que poderão subsidiar o aprimoramento dos projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal de São João Batista do Glória. Antes de encerrar sua manifestação, dirigiu-se ao Presidente Renato para sugerir que os vídeos institucionais exibidos durante as sessões fossem apresentados ao final dos pronunciamentos dos Vereadores, de modo a preservar o tempo destinado ao Grande Expediente e evitar eventual prejuízo ao uso da palavra pelos parlamentares. Em seguida, a **Vereadora Tatiana** solicitou aparte, o qual foi concedido. Em sua manifestação, corroborou as observações do Vereador Danilo acerca da iluminação pública. Informou que, há aproximadamente quatro meses, encaminhou ofício à Secretária Municipal Juliana questionando a possibilidade de utilização dos recursos arrecadados pela COSIP para aquisição de caminhão apropriado e equipamentos de segurança destinados aos servidores responsáveis pela manutenção da iluminação pública. Relatou que recebeu resposta positiva da Administração, esclarecendo que a legislação permitia a utilização desses recursos para tal finalidade. Diante disso, defendeu que o Município promovesse a aquisição dos equipamentos necessários, destacando que a medida proporcionaria melhores condições de trabalho aos servidores, aumentaria a eficiência dos serviços prestados e contribuiria para prevenir acidentes, ressaltando que episódios dessa natureza já haviam ocorrido em administrações anteriores. Finalizou solicitando que a proposta fosse levada ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo para análise e eventual implementação. Na sequência, esta **Secretária, Vereadora Gleds**, segunda oradora inscrita, cumprimentou os nobres Edis, a população presente no plenário e todos os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Informou que havia divulgado previamente a reunião em suas redes sociais e em grupos de servidores públicos, por entender que o assunto que levaria ao Plenário era de relevante interesse da população. Inicialmente, esta Secretária informou que apresentaria informações referentes a contratos celebrados pelo Poder Executivo com empresas prestadoras de serviços técnicos especializados, afirmando que os dados apresentados haviam sido obtidos no Portal da Transparência do Município. Em seguida, solicitou que fosse projetado, em plenário, os dados referentes ao contrato firmado com o contador responsável pela assessoria contábil do Município, Sr. Flávio, domiciliado no Município de Pimenta. Informou que o contrato, anteriormente celebrado no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), havia sido reajustado para R\$ 161.741,04 (cento e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e quatro centavos), correspondendo, segundo seus cálculos, ao valor mensal de R\$ 13.478,42

(treze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos). Esta **Secretária** questionou a necessidade da contratação de empresa sediada em outro município para prestação dos serviços contábeis, indagando se não existiriam profissionais ou empresas de contabilidade estabelecidos em São João Batista do Glória aptos a desempenhar as mesmas funções. Ressaltou que, em seu entendimento, os recursos destinados à contratação poderiam permanecer circulando na economia local. Na continuidade, passou a tratar do contrato firmado com o escritório Spencer e Vasconcelos Advogados, responsável pela assessoria jurídica do Poder Executivo, informando que o ajuste possuía valor global de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), correspondendo ao desembolso mensal de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Somando os valores dos dois contratos mencionados, afirmou que o Município destinava mensalmente R\$ 24.478,42 (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos) para empresas sediadas em outros municípios. Destacou que todos os valores mencionados encontravam-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência. Prosseguindo, esta Secretária manifestou preocupação com a ausência de representantes do Poder Executivo na audiência pública anteriormente convocada para discussão do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Relatou que havia sido informada de que o contador responsável ou outro representante da Administração compareceria para prestar esclarecimentos aos Vereadores, o que, segundo afirmou, não ocorreu. Acrescentou que posteriormente foi comunicada sobre o reagendamento da audiência para o dia 6 próximo, manifestando expectativa de que, dessa vez, houvesse efetiva participação dos representantes do Executivo. Na oportunidade, registrou agradecimento à Diretora de Planejamento, Vanessa Cassoli, que esteve presente na audiência pública anteriormente designada, na condição de cidadã, ressaltando que, embora tenha buscado contato com representantes do Executivo durante aquela ocasião, não houve comparecimento dos responsáveis para prestar os esclarecimentos esperados. Na sequência, esta Secretária passou a tratar de demandas apresentadas por moradores do Bairro Maria Joaquina. Informou que recebeu diversas reclamações durante a semana anterior e, em razão disso, realizou visita ao local para verificar a situação. Relatou que constatou deficiência significativa na iluminação pública do bairro, afirmando que diversas vias encontravam-se com iluminação precária, circunstância que vinha causando preocupação aos moradores. Além disso, mencionou reivindicações relacionadas ao fornecimento de materiais de construção prometidos aos beneficiários das unidades habitacionais do bairro. Segundo relatou, por ocasião da entrega das residências teria sido anunciada a disponibilização de materiais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada imóvel, destinados à construção dos muros. Informou, contudo, que diversos moradores lhe relataram ainda não terem recebido os materiais prometidos, afirmando que, conforme as informações obtidas durante sua visita, apenas pequena parcela das famílias teria sido contemplada até aquele momento. Diante dos fatos, solicitou ao Prefeito Municipal que adotasse providências quanto à melhoria da iluminação pública do Bairro Maria Joaquina e verificasse a situação do fornecimento dos materiais de construção prometidos aos moradores. Também requereu especial atenção da Secretaria responsável e do CRAS para acompanhamento das demandas apresentadas pela comunidade local. Ao encerrar sua manifestação, esta Secretária afirmou que continuaria acompanhando os assuntos tratados e realizando

A Ordem por princípio

fiscalizações relacionadas à aplicação dos recursos públicos municipais, informando que, à medida que obtivesse novas informações, daria conhecimento dos fatos à população por meio dos canais de comunicação que utiliza. Por fim, desejou uma boa semana a todos e agradeceu a atenção dos presentes. Em continuidade, o **Vereador Henrique**, terceiro orador inscrito, iniciou sua fala cumprimentando o Senhor Presidente, os demais Vereadores, os servidores desta Casa Legislativa, o público presente e todos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Primeiramente, o Vereador apresentou pedido de desculpas à Mesa Diretora, aos demais parlamentares e à população por sua ausência na sessão anterior. Esclareceu que esteve em outra cidade para tratar de compromisso de caráter particular e que, em razão de circunstâncias imprevistas, não conseguiu retornar a tempo para participar da reunião ordinária. Na oportunidade, solicitou ao Presidente Renato que fosse aplicada a previsão legal relativa ao desconto remuneratório decorrente da ausência injustificada à sessão, afirmando que entendia ser essa a medida correta e compatível com a responsabilidade inerente ao exercício do mandato parlamentar. Em seguida, passou a tratar da audiência pública destinada à apresentação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, anteriormente designada para o dia 22 de julho. Relatou que compareceu ao Legislativo, juntamente com outros Vereadores, porém nenhum representante do Poder Executivo esteve presente para realizar a apresentação ou prestar os esclarecimentos previstos. Considerou que a ausência da Administração Municipal causou constrangimento aos participantes e demonstrou falta de respeito para com o Poder Legislativo e com a população que compareceu ao ato. Em razão disso, o **Vereador Henrique** informou que a audiência pública havia sido remarcada para nova data, entretanto registrou que não participaria da reunião reagendada. Ressaltou que, embora integrasse a Comissão de Finanças e Orçamento, entendia que a Administração deveria cumprir os compromissos assumidos e prestigiar as convocações realizadas pela Câmara Municipal, razão pela qual condicionou sua participação em futuras reuniões ao efetivo cumprimento da data e do horário previamente estabelecidos. Na sequência, voltou sua manifestação para a situação das estradas vicinais do Município. Informou que vinha recebendo inúmeras reclamações de produtores rurais, moradores da zona rural e usuários das vias, ressaltando que as condições de trafegabilidade já estavam comprometidas, inclusive ocasionando danos frequentes aos veículos que utilizavam as estradas municipais. O Vereador defendeu que a manutenção das estradas rurais fosse tratada como prioridade pela Administração Municipal, especialmente durante o período de estiagem, quando as condições climáticas favorecem a execução dos serviços. Destacou que, com a aproximação do período chuvoso, os problemas tenderiam a se agravar, tornando as intervenções mais difíceis e onerosas. Reconheceu que os equipamentos da Secretaria responsável também são utilizados em outras frentes de trabalho, inclusive em serviços urbanos e atendimentos diversos, porém sustentou que, naquele momento, a recuperação das estradas deveria receber atenção prioritária. Prosseguindo, observou que a extensão da malha viária municipal havia sido reduzida ao longo dos anos em razão da federalização de determinados trechos, citando como exemplo a estrada da região dos Morados da Serra até Ribeirão Grande, atualmente sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Argumentou que essa circunstância deveria facilitar a organização dos serviços de manutenção das estradas remanescentes sob responsabilidade do Município. Por fim, relatou que, durante visita recente ao Município de São Roque de Minas, conversou com representantes da Administração Municipal e obteve informações sobre a extensão das rotas utilizadas pelo transporte escolar daquela localidade, utilizando o exemplo para defender que, com planejamento adequado e gestão eficiente, seria possível intensificar os serviços de conservação das estradas rurais em São João Batista do Glória. Reiterou o pedido para que o Prefeito Municipal e a Secretaria competente priorizassem a recuperação das vias ainda durante o período de estiagem, visando proporcionar melhores condições de tráfego à população antes do início das chuvas. Encerrando sua manifestação, agradeceu a atenção de todos e desejou uma boa semana aos presentes. Na sequência, fez uso da palavra o **Vereador Joel**, quarto orador inscrito, que cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, o público presente no plenário e todos que acompanhavam a sessão por meio da transmissão oficial da Câmara Municipal. Inicialmente, o Vereador parabenizou o servidor Ézio e toda a equipe responsável pelos trabalhos de recuperação da ponte localizada na região do Quilombo. Informou que esteve no local na sexta-feira, por ocasião da liberação da passagem, oportunidade em que constatou a qualidade dos serviços executados. Destacou que a estrada de acesso havia recebido manutenção completa, com adequado cascalhamento e nivelamento, afirmando que a obra foi executada com elevado padrão de qualidade. O Vereador Joel fez referência à colaboração prestada pelo proprietário conhecido como Zé Avelino, agradecendo pela cessão de cascalho utilizado na recuperação da estrada. Ressaltou que a disponibilidade desse material foi essencial para a execução dos serviços e contribuiu significativamente para a qualidade do resultado obtido. Defendeu que o Município buscasse alternativas para garantir o fornecimento contínuo de cascalho destinado à manutenção das estradas vicinais, inclusive mediante aquisição do material junto a proprietários particulares, quando necessário. Prosseguindo, registrou satisfação com o retorno do servidor Ézio aos quadros da Administração Municipal, destacando sua experiência e dedicação aos serviços públicos. Observou que a Secretaria responsável ainda enfrentava dificuldades em razão da escassez de operadores de máquinas, informando que havia equipamentos parados por falta de profissionais habilitados para operá-los, além de uma motoniveladora que se encontrava em manutenção, com previsão de retorno às atividades nos dias seguintes. Na continuidade, o Vereador voltou a defender que a Administração Municipal priorizasse a manutenção das estradas rurais durante o período de estiagem, reiterando entendimento manifestado anteriormente por outros parlamentares. Salientou que este era o momento mais adequado para a realização dos serviços de cascalhamento, recuperação do leito das vias e demais intervenções preventivas, uma vez que, com o início do período chuvoso, os danos às estradas tendem a se agravar. Relatou que as chuvas ocorridas recentemente já haviam provocado o surgimento de buracos em diversos trechos, citando como exemplo as estradas da região das Palmeiras. Acrescentou, entretanto, que os danos poderiam ser rapidamente corrigidos com a atuação da motoniveladora, ressaltando que a durabilidade das melhorias dependia, sobretudo, da adequada aplicação de cascalho. Ao final de sua manifestação, o Vereador Joel reconheceu as dificuldades enfrentadas pela Administração Municipal em razão da carência de operadores de máquinas e de mão de

A Ordem por princípio

obra especializada, afirmando que essa realidade não se restringia ao setor de infraestrutura, mas atingia diversos segmentos da administração pública. Defendeu que fossem adotadas medidas voltadas à valorização dos servidores responsáveis pela operação de máquinas pesadas e demais profissionais das áreas operacionais, entendendo que a melhoria das condições remuneratórias contribuiria para suprir a deficiência de pessoal e aumentar a eficiência dos serviços prestados à população. Encerrando sua fala, agradeceu a atenção dos presentes. Em seguida, a **Vereadora Brenda**, quinta oradora, ao fazer uso da palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, os servidores desta Casa Legislativa, o público presente e todos os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, a Vereadora informou que utilizaria seu pronunciamento para tratar de questões relacionadas aos serviços de saúde pública do Município, afirmando que o tema deveria ser encarado com a devida seriedade por envolver diretamente a saúde da população, especialmente das crianças. Relatou que recebeu, nos dias anteriores, o relato de uma mãe acerca do atendimento prestado ao seu filho, de dois anos de idade. Segundo informou, a criança foi atendida em diversas oportunidades por profissionais da rede municipal de saúde, recebeu medicação e retornou à unidade de saúde em razão da persistência dos sintomas, notadamente febre e prostração. Acrescentou que, conforme narrado pela família, somente após buscarem atendimento particular em outro município foram solicitados exames complementares, ocasião em que a criança recebeu diagnóstico de influenza e pneumonia. A Vereadora Brenda esclareceu que orientou a mãe a formalizar reclamação junto à Ouvidoria Municipal, por entender que a situação deveria ser analisada tecnicamente pelos órgãos competentes. Ressaltou que eventual apuração permitiria verificar se os protocolos assistenciais foram devidamente observados e, caso constatadas falhas, possibilitaria a adoção de medidas corretivas para evitar a repetição de situações semelhantes. Na sequência, voltou a abordar a organização do atendimento pediátrico no Município. Reconheceu que houve ampliação da oferta do serviço, passando de quatro para cinco dias semanais de atendimento, fato que considerou um avanço. Todavia, ponderou que o aumento dos dias de atendimento, por si só, não assegurava melhoria na qualidade da assistência prestada. Informou que, segundo relatou, eram disponibilizadas trinta fichas de atendimento às segundas e terças-feiras e vinte e cinco fichas de quarta a sexta-feira, observando que, em regra, os atendimentos tinham início apenas por volta das 13h30, horário de chegada dos profissionais médicos, circunstância que, em seu entendimento, ocasionava longo tempo de espera para crianças e familiares. Prosseguindo, afirmou que também recebeu manifestações de usuários acerca de diferenças na condução dos atendimentos realizados pelos profissionais responsáveis pela pediatria. Relatou que, segundo as informações que lhe foram transmitidas, em determinadas situações um dos profissionais permanecia na unidade até a conclusão dos atendimentos e avaliação dos exames solicitados, enquanto, em outros casos, pacientes eram encaminhados para avaliação por médicos plantonistas após a realização dos exames, em razão do encerramento do expediente do profissional responsável pelo atendimento inicial. Ressaltou que tais relatos deveriam ser objeto de avaliação pela gestão da saúde, caso confirmados, visando assegurar continuidade, responsabilidade e qualidade na

assistência prestada. Ainda em relação à saúde pública, a Vereadora defendeu a ampliação da oferta de testes para diagnóstico de doenças virais, como influenza e COVID-19, sustentando que muitas famílias necessitavam custear exames particulares para obtenção de diagnóstico, situação que, segundo afirmou, dificultava o acesso ao tratamento adequado. Destacou a importância de que todos os pacientes, especialmente aqueles com indicação clínica, tivessem acesso aos exames necessários por meio da rede pública de saúde. Na continuidade, reconheceu as dificuldades enfrentadas pela Administração Municipal na contratação de profissionais da área da saúde, bem como a burocracia existente na gestão do sistema público. Entretanto, afirmou que tais dificuldades não poderiam impedir a apuração de eventuais falhas funcionais ou administrativas, defendendo que profissionais contratados com recursos públicos fossem permanentemente acompanhados e fiscalizados quanto ao cumprimento de suas atribuições. Prosseguindo, informou que também recebeu denúncias relacionadas ao funcionamento do Hospital Municipal. Relatou que lhe foram encaminhadas informações sobre supostos atendimentos particulares realizados durante plantões públicos, utilização da estrutura da unidade hospitalar para atendimento privado, permanência de medicamentos destinados a pacientes particulares no interior do hospital e realização de consultas particulares por meios eletrônicos durante o horário de plantão, enquanto pacientes aguardavam atendimento. Ressaltou, expressamente, que se limitava a relatar denúncias recebidas, não afirmando que tais fatos estivessem comprovados, motivo pelo qual solicitava a apuração das informações pelos responsáveis competentes. A Vereadora Brenda destacou que, caso eventuais irregularidades fossem constatadas, seria necessária a adoção das providências administrativas cabíveis, observando que a utilização da estrutura pública deve atender exclusivamente ao interesse coletivo e às normas que regem o serviço público. Acrescentou que os profissionais que desempenham suas funções de forma correta não deveriam reear processos de fiscalização, ressaltando que mecanismos de controle constituem instrumentos de proteção tanto para os usuários quanto para os próprios servidores. Ao final de sua manifestação, dirigiu apelo à população para que formalizasse eventuais reclamações ou denúncias pelos canais oficiais, recomendando a utilização da Ouvidoria Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde e dos demais meios institucionais disponíveis, bem como a preservação de documentos, protocolos e demais elementos que pudessem subsidiar eventual apuração. Também solicitou à Secretaria Municipal de Saúde e à direção do Hospital Municipal que intensificassem a fiscalização dos serviços prestados, promovendo acompanhamento permanente, capacitação dos profissionais e adoção das medidas necessárias para assegurar atendimento humanizado, eficiente e seguro à população. Encerrando sua fala, esclareceu que seu pronunciamento não tinha por finalidade promover perseguição a qualquer profissional da saúde, registrando seu respeito aos servidores que exercem suas funções com dedicação. Ressaltou, contudo, que entendia ser dever do Poder Público apurar toda denúncia formalmente apresentada, de modo a preservar a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos usuários do sistema municipal de saúde. Por fim, fez uso da palavra o **Vereador Cresio**, sexto orador inscrito, que cumprimentou o Senhor Presidente, os nobres Vereadores, o público presente e todos os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, registrou sua participação na festa Julina realizada no Bairro Jardim

A Ordem por princípio

Planalto, no sábado anterior. Parabenizou o presidente da Associação Amor Jardim Planalto, bem como os demais organizadores, destacando que o evento foi bem planejado e organizado. Observou que as baixas temperaturas possivelmente influenciaram a participação do público, mas ressaltou que a festividade transcorreu de forma satisfatória e cumpriu seu objetivo de promover a integração da comunidade. Em seguida, informou que, juntamente com esta Secretária, Vereadora Gleds, destinou, no exercício anterior, emendas parlamentares no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a Associação Amor Jardim Planalto, destinadas ao fortalecimento das atividades desenvolvidas pela entidade. Esclareceu que os recursos ainda não haviam sido repassados em razão da necessidade de regularização de documentação por parte da associação, conforme informações obtidas junto à sua diretoria. Manifestou expectativa de que, superadas as pendências documentais, os valores fossem liberados, possibilitando investimentos nas festividades e em outras demandas prioritárias da entidade. O **Vereador Cresio** acrescentou que pretendia, em conjunto com esta Secretária, apresentar novas emendas parlamentares em benefício da associação no próximo exercício, visando contribuir para o fortalecimento das atividades comunitárias desenvolvidas no Bairro Jardim Planalto. Na sequência, informou que também destinou, em parceria com esta Secretária, recursos para a realização de cirurgias de mamoplastia. Relatou que recebeu informações da servidora Silvana de que parte dos procedimentos já havia sido realizada e que outras pacientes encontravam-se em fase de encaminhamento para realização das cirurgias, manifestando satisfação com os resultados obtidos pela destinação dos recursos. Prosseguindo, o Vereador informou que, juntamente com o Vereador Alexandre, acompanhou recentemente o andamento das obras da ponte localizada na região do Rolador. Relatou que, segundo informações recebidas posteriormente, a obra havia sido concluída, registrando agradecimentos aos servidores envolvidos, ao Prefeito Municipal, ao encarregado dos serviços e à equipe da Secretaria de Infraestrutura pelo empenho na execução dos trabalhos. Na continuidade de sua manifestação, passou a tratar da regulamentação do adicional de insalubridade dos servidores públicos municipais. Recordou que havia apresentado requerimento solicitando providências para regularização da matéria e informou que tomou conhecimento, por meio de divulgação realizada pelo Prefeito Municipal, de que o pagamento do benefício passaria a ser efetivado aos servidores que preenchessem os requisitos legais. Manifestou satisfação com a notícia, entendendo que a medida representava importante avanço na valorização dos servidores públicos municipais. Nesse momento, esta **Secretária, Vereadora Gleds**, solicitou aparte, o qual foi concedido pelo orador. Em sua manifestação, esclareceu que as emendas parlamentares destinadas à Associação Amor Jardim Planalto no exercício anterior foram apresentadas individualmente pelos parlamentares, totalizando os valores mencionados pelo Vereador Cersio. Informou, ainda, que, em razão de alterações na legislação, a destinação de emendas parlamentares passaria a exigir a apresentação prévia de projeto específico pela entidade beneficiária, contendo a descrição da finalidade dos recursos e das ações a serem executadas. Esta **Secretária** explicou que o projeto deveria ser protocolizado até o dia 15 de agosto, a fim de possibilitar a análise das emendas parlamentares, cuja deliberação estava prevista para o dia 18 do mesmo mês. Acrescentou que, caso a

associação encontrasse dificuldades na elaboração do projeto, poderia procurar orientação junto à servidora Marília, na Câmara Municipal, ou junto aos próprios Vereadores, que prestariam os esclarecimentos necessários para atendimento das novas exigências legais. Retomando a palavra, o **Vereador Cresio** informou que já havia tratado do assunto com o presidente da associação e com o tesoureiro, durante a festa realizada no Jardim Planalto. Esclareceu que orientou ambos acerca das alterações na legislação e dos procedimentos que deveriam ser adotados para apresentação do projeto, informando que os representantes da entidade compreenderam as novas exigências e se comprometeram a procurar a Câmara Municipal caso surgissem dúvidas durante a elaboração da documentação. Por fim, o **Vereador Cresio** agradeceu a atenção de todos e encerrou sua manifestação. Sem mais oradores inscritos, o **Presidente** declarou encerrado o Grande Expediente e facultou a palavra aos cidadãos inscritos na **Tribuna em Sessão**. Em seguida, foi concedida a palavra ao primeiro inscrito na Tribuna da Sessão, senhor **André Luís Xavier**, que apresentou o relatório das atividades sociais e ambientais desenvolvidas pelo Programa Cidade Amiga da Natureza, executado pela Plant Project. Ao fazer uso da Tribuna o cidadão **André Luiz Xavier**, que inicialmente apresentou-se como biólogo, engenheiro agrônomo, especialista em psicologia organizacional, fundador da empresa Projeto Plantar e residente no Município de São João Batista do Glória. Esclareceu que a Projeto Plantar se tratava de empresa privada com fins lucrativos, fundada no ano de 2018, cujas atividades tiveram início na região norte do Circuito Serra da Canastra, abrangendo municípios como Bambuí, Medeiros, Tapiraí, Araxá, Vargem Bonita, São Roque de Minas, Delfinópolis e, mais recentemente, São João Batista do Glória. Informou que o Município havia sido escolhido para implantação do programa piloto denominado Cidade Mais Verde, destinado à promoção de ações ambientais e de educação ambiental. Em seguida, apresentou relatório das atividades desenvolvidas no Município durante os seis primeiros meses de execução do programa, informando que foram plantadas 532 (quinhentas e trinta e duas) árvores nativas do Cerrado, produzidas no Viveiro Municipal, todas com sistema de monitoramento e rastreabilidade. Esclareceu que cada árvore plantada poderia ser identificada por meio de sistema eletrônico contendo informações sobre a localização georreferenciada, fotografias, vídeos e demais dados referentes ao plantio e ao acompanhamento da muda. Acrescentou que o projeto também desenvolvia ações mensais de educação ambiental voltadas ao público infantil, buscando incentivar a formação de consciência ambiental desde a infância. Prosseguindo, detalhou as principais atividades executadas ao longo do primeiro semestre, destacando o início do programa de restauração ecológica na região da Cachoeira da Capetinga, com a meta de plantio de cinco mil árvores ao longo de cinco anos, visando à recuperação ambiental e à captura de carbono. Informou que a iniciativa contou com a participação da sociedade civil, do Poder Executivo, por intermédio das Diretorias de Turismo, Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Educação, além do apoio da Polícia Militar de Meio Ambiente. Relatou, ainda, a implantação do programa de arborização urbana monitorada, denominado "Minha Árvore, Minha Vida", por meio do qual os moradores interessados poderão solicitar o plantio de árvores em frente às suas residências, após avaliação técnica da viabilidade do local e definição da espécie adequada. Também mencionou a criação da denominada "Rota Verde Serra da Canastra", projeto

A Ordem por princípio

desenvolvido em parceria com a Diretoria Municipal de Turismo, destinado à compensação das emissões de carbono decorrentes do transporte de turistas aos principais atrativos do Município, mediante plantio de árvores custeado por adesão voluntária dos visitantes, sem geração de despesas aos cofres públicos municipais. Na continuidade, informou que o Projeto Plantar colaborou com ações de fortalecimento da coleta seletiva no Município, promoveu atividades educativas durante a Semana Internacional dos Céus Escuros, realizou o replantio de mudas que necessitaram de reposição e recebeu premiação nacional e internacional pelo programa de turismo regenerativo desenvolvido em São João Batista do Glória – considerado o melhor do Brasil e o terceiro melhor da América Latina. Destacou, ainda, a realização de oficinas de educação ambiental junto às escolas municipais, nas quais os alunos participaram da produção de mudas no Viveiro Municipal e, posteriormente, do plantio das árvores produzidas por eles próprios, buscando estimular a conscientização ambiental desde a infância. Em seguida, esclareceu que todas as ações executadas durante o primeiro semestre foram custeadas exclusivamente pela Projeto Plantar, sem qualquer investimento financeiro por parte do Município, havendo apenas apoio estrutural da Administração Municipal, mediante disponibilização do Viveiro Municipal, transporte e apoio logístico das secretarias envolvidas. Nesse momento, o **Presidente Renato** questionou se as mudas utilizadas nos projetos eram produzidas no Viveiro Municipal. Em resposta, o cidadão **André** informou que todas as mudas eram produzidas no viveiro, utilizando sementes coletadas no próprio Município, preservando, dessa forma, o patrimônio genético das espécies locais, sendo a Projeto Plantar responsável pelo suporte técnico, monitoramento e acompanhamento dos plantios. Na sequência, esta **Secretária** questionou como os cidadãos poderiam participar do programa de arborização urbana e solicitar mudas para plantio em suas residências. Em resposta, o Sr. **André** esclareceu que, a partir de 21 de setembro, seria disponibilizado canal de manifestação de interesse, por meio das redes sociais da Prefeitura ou da própria Projeto Plantar. Explicou que, após a solicitação, seria realizada vistoria técnica para verificar a viabilidade do plantio, ficando a cargo do morador o plantio e os cuidados posteriores com a muda. Diante da possibilidade de cidadãos sem acesso às redes sociais desejarem participar da iniciativa, esta **Secretária** indagou sobre forma alternativa de atendimento. O Sr. **André** informou que o procedimento também poderia ser operacionalizado por intermédio do Viveiro Municipal, da Câmara Municipal, da Prefeitura ou diretamente pela Projeto Plantar, ressaltando que o programa já se encontrava em execução desde o mês de fevereiro e seria ampliado à população no segundo semestre. Na continuidade de sua exposição, o cidadão **André** informou que a Projeto Plantar investiu aproximadamente R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) na execução das atividades desenvolvidas em São João Batista do Glória durante os seis primeiros meses do programa, sem utilização de recursos públicos municipais. Destacou que, diante dos resultados alcançados com esse investimento, o Município poderia ampliar significativamente suas ações ambientais mediante captação de recursos externos. Relatou que, no exercício de 2025, o Governo Federal disponibilizou aproximadamente R\$ 4,5 bilhões por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, informando que parcela expressiva desses recursos permaneceu sem

utilização por ausência de projetos aptos à captação. Diante desse cenário, defendeu o fortalecimento da estrutura municipal voltada à elaboração de projetos, sugerindo maior integração entre a Comissão Permanente de Turismo, Cultura, Esporte e Meio Ambiente da Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA e o Poder Executivo. Propôs, ainda, a criação, por meio de decreto do Executivo, de setor específico voltado à elaboração de projetos e pesquisas, destinado à preparação de propostas para participação em editais estaduais, federais e internacionais voltados à área ambiental. O **Presidente Renato** manifestou-se favoravelmente à iniciativa, ressaltando a importância do desenvolvimento de projetos ambientais e da estruturação adequada do CODEMA para possibilitar a captação de recursos destinados ao Município. Observou que situação semelhante ocorria em outras áreas, como cultura e turismo, nas quais recursos deixavam de ser acessados pela ausência de projetos aptos à participação em editais. O **Assessor do Legislativo Paulo César** complementou os esclarecimentos, informando que a maior parte dos editais exige o efetivo funcionamento dos conselhos municipais, não bastando sua criação formal, sendo necessária a comprovação de reuniões, organização administrativa e atuação regular, além da adequada elaboração técnica dos projetos a serem apresentados. Na sequência, a **Vereadora Tatiana** questionou se já havia ocorrido diálogo com o Poder Executivo acerca da proposta apresentada. Em resposta, o Sr. **André** informou que o programa vinha sendo desenvolvido em parceria com a Administração Municipal desde janeiro e que já havia apresentado a proposta ao Prefeito Municipal, o qual teria informado que encaminharia a matéria à nova Secretária de Planejamento para análise e prosseguimento das providências necessárias, esclarecendo, contudo, que ainda não havia recebido retorno da referida Secretaria. Posteriormente, a **Vereadora Brenda** indagou se a criação do departamento de projetos e pesquisas constituía requisito obrigatório para participação nos editais. Em resposta, o expositor esclareceu que a criação do referido setor não era exigência formal, mas representava importante mecanismo de organização administrativa para concentrar a elaboração dos projetos e fortalecer o funcionamento do CODEMA, facilitando o atendimento às exigências constantes dos editais. Ao final, o Sr. **André** sugeriu sua participação nas futuras reuniões da Comissão Permanente de Turismo, Cultura, Esporte e Meio Ambiente da Câmara Municipal, visando estreitar a cooperação entre o Legislativo, o Executivo, o CODEMA e a sociedade civil para estruturação das ações propostas. Encerrando a participação, o **Presidente Renato** agradeceu a exposição, registrando que a Câmara Municipal permanecia à disposição para apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável do Município. Na oportunidade, destacou a relevância dos resultados já alcançados pelo Projeto Plantar e das perspectivas de ampliação das ações ambientais apresentadas. Por fim, o cidadão **André Luiz Xavier** agradeceu o espaço concedido, entregou simbolicamente aos membros da Câmara uma muda produzida no Viveiro Municipal e informou que o objetivo do programa consistia no plantio de vinte mil árvores no Município ao longo dos próximos cinco anos, encerrando sua participação. Na sequência, fez uso da Tribuna da Sessão o segundo inscrito, **Senhor Luiz Mário Antônio**, que abordou questões relacionadas à segurança pública no Município de São João Batista do Glória. Durante sua fala palavra o senhor **Luiz Mário**, que inicialmente agradeceu à Mesa Diretora pelo espaço concedido e aos

A Ordem por princípio

cidadãos que acompanhavam a sessão presencialmente e pelas redes sociais. Informou que sua manifestação tinha por objetivo relatar fatos ocorridos durante a realização da última festa promovida no Município, especialmente quanto às condições de trabalho da equipe de segurança e ao tratamento dispensado aos trabalhadores envolvidos na organização do evento. O Sr. **Luiz Mário** ressaltou que uma festa somente se tornava possível graças ao trabalho de diversas pessoas que atuavam nos bastidores, como aqueles responsáveis pela limpeza, coleta de materiais recicláveis, organização, montagem e desmontagem da estrutura, razão pela qual todos deveriam ser tratados com respeito e valorização. Relatou que, durante o evento, a equipe organizadora encontrava-se bastante agitada e, no primeiro dia da festa, repassou orientações rigorosas para a equipe de segurança, determinando que fosse impedida a entrada de bebidas e realizada fiscalização de todos os veículos e pessoas que ingressassem no recinto. Na sequência, esta **Secretária** solicitou um esclarecimento, questionando se o relato dizia respeito à atuação dos empresários responsáveis pela organização do evento. O Sr. **Luiz Mário** confirmou que sim e prosseguiu afirmando que, embora inicialmente tivesse sido determinada fiscalização rigorosa, posteriormente algumas pessoas passaram a ser autorizadas a ingressar com bebidas e outros itens, em tratamento diferenciado. Segundo informou, após encontrar uma lata de cerveja sobre uma mesa, um dos organizadores dirigiu-se a ele em tom de cobrança, exigindo maior fiscalização e afirmando que a ordem deveria ser cumprida rigorosamente. Entretanto, logo em seguida, verificou que determinadas pessoas eram autorizadas a entrar com bebidas e coolers, o que, em seu entendimento, contrariava as orientações inicialmente recebidas. Relatou, ainda, que um cooler pertencente a pessoa ligada à Administração Municipal foi autorizado a ingressar no evento, circunstância que considerou incompatível com as regras impostas aos demais participantes. Informou que, posteriormente, um dos organizadores dirigiu-se ao portão de acesso e repreendeu de forma exaltada dois integrantes da equipe de segurança. Diante da situação, afirmou ter advertido os organizadores de que, caso o tratamento desrespeitoso persistisse, a equipe poderia interromper os trabalhos. Acrescentou que comunicou imediatamente os fatos ao Prefeito Municipal, solicitando providências, ocasião em que, segundo seu relato, o Chefe do Executivo conversou com os organizadores, que posteriormente modificaram a postura adotada, passaram a tratar a equipe com maior respeito e apresentaram pedido de desculpas. O Sr. **Luiz Mário** também criticou a forma de distribuição das credenciais de acesso e dos adesivos destinados ao estacionamento interno do parque, afirmando que, em sua avaliação, havia favorecimento de pessoas de fora do Município, enquanto cidadãos glorienses encontravam dificuldades para obter autorização de ingresso de seus veículos. Sustentou que tal situação gerava constrangimentos tanto para a equipe de segurança quanto para a população local, especialmente diante da necessidade de cumprir ordens divergentes durante a fiscalização. O cidadão destacou que a principal reivindicação da equipe de segurança não dizia respeito a benefícios materiais, mas sim ao respeito e à valorização do trabalho desenvolvido. Afirmou que a atividade exigia grande responsabilidade, pois envolvia a prevenção de conflitos, a preservação da ordem pública e a segurança dos frequentadores do evento. Acrescentou que muitas vezes a população não percebia o trabalho preventivo realizado pela equipe, justamente porque

ele evitava que ocorrências graves viessem a acontecer. A **Vereadora Tatiana** questionou se a mudança nas orientações relativas ao ingresso de bebidas havia partido dos próprios empresários organizadores ou de pessoas ligadas ao Poder Executivo. O Sr. **Luiz Mário** esclareceu que as determinações partiram dos próprios empresários, os quais, após inicialmente estabelecerem uma regra, passaram posteriormente a agir em sentido contrário, gerando dificuldades à equipe responsável pelo controle de acesso. Prosseguindo, o Sr. **Luiz Mário** relatou outras situações enfrentadas durante a fiscalização, mencionando episódios envolvendo autoridades, familiares de agentes públicos e pessoas que alegavam possuir influência política para obter tratamento diferenciado. Ressaltou que, em diversas oportunidades, a equipe teve de lidar com abordagens desrespeitosas e cobranças indevidas, embora estivesse apenas cumprindo as determinações previamente estabelecidas. Esta **Secretária** observou que o cidadão já havia lhe relatado anteriormente as dificuldades enfrentadas pela equipe de segurança e destacou que, além das situações de conflito, os trabalhadores sequer recebiam alimentação durante o serviço. O Sr. **Luiz Mário** confirmou as dificuldades, afirmando que a equipe permanecia longos períodos em atividade e que, muitas vezes, sequer recebia água ou qualquer apoio durante a execução do trabalho. O cidadão ressaltou, ainda, que, apesar das dificuldades enfrentadas, a equipe atuava preventivamente, monitorando constantemente situações de risco, inclusive acompanhando discretamente autoridades, vereadores e seus familiares, visando evitar qualquer ocorrência que pudesse comprometer a segurança dos participantes. O **Presidente Renato** registrou que também vivenciou situação semelhante durante o evento, relatando que estacionou seu veículo em local posteriormente informado como destinado à saída de emergência. Disse que foi orientado por um dos seguranças a retirar o veículo, ocasião em que houve um desentendimento verbal envolvendo sua esposa e o profissional responsável pela abordagem. Esclareceu, contudo, que a situação foi rapidamente resolvida, que a determinação da equipe de segurança foi respeitada e que reconhecia que o profissional apenas cumpria sua função. Aproveitou a oportunidade para registrar pedido público de desculpas pelo episódio, reiterando seu respeito ao trabalho desempenhado pela equipe de segurança. Retomando a palavra, o Sr. **Luiz Mário** informou que, ao término da festa, foi convidado pelos empresários para uma conversa, oportunidade em que um dos organizadores reconheceu os excessos cometidos durante os primeiros dias do evento, elogiou a atuação da equipe de segurança, apresentou pedido de desculpas e manifestou interesse em contar novamente com os serviços do grupo em futuras edições da festa. O cidadão enfatizou que trabalhava há aproximadamente trinta anos na área de segurança de eventos, reconhecendo que erros poderiam ocorrer, mas entendendo que o mais importante era reconhecê-los e corrigi-los. Ressaltou que o Município vinha recebendo cada vez mais visitantes e turistas, razão pela qual considerava essencial que todos os profissionais envolvidos em eventos fossem tratados com respeito e que a organização observasse critérios claros e isonômicos na distribuição de credenciais, adesivos e demais autorizações especiais. Ao final de sua manifestação, o Sr. **Luiz Mário** afirmou que sua intenção não era promover críticas pessoais, mas contribuir para o aperfeiçoamento da organização dos eventos públicos, destacando a importância da transparência, da valorização dos trabalhadores e da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos. O **Presidente Renato** agradeceu a manifestação, afirmou que a



A Ordem por princípio

Câmara Municipal permanecia de portas abertas para receber sugestões e reclamações da população e ressaltou que todos os vereadores reconheciam e valorizavam o trabalho desenvolvido pela equipe de segurança nos eventos realizados no Município. O Sr. **Luiz Mário** voltou a fazer uso da palavra para esclarecer comentário publicado nas redes sociais, segundo o qual seria beneficiado pelo Prefeito Municipal. Refutou tal afirmação, informando que exercia diversas atividades profissionais, trabalhava longas jornadas e que sua relação com o Chefe do Executivo sempre foi pautada pela sinceridade, inclusive com divergências quando entendia necessário. Acrescentou que atualmente possuía melhores condições para desempenhar suas funções, mas que jamais deixaria de cobrar providências quando considerasse necessário. A **Vereadora Tatiana** agradeceu ao cidadão pelo trabalho desempenhado durante a festa e afirmou que seu relato trazia importante reflexão acerca da necessidade de combater privilégios e tratamentos diferenciados. Defendeu que todos os frequentadores dos eventos respeitassem as regras estabelecidas, evitando ingressar com bebidas ou utilizar artifícios para obter vantagens indevidas, especialmente em prejuízo dos comerciantes locais que investiam recursos para participar das festividades. Solicitou, ainda, que o Poder Executivo orientasse de forma adequada as pessoas envolvidas na organização dos eventos, a fim de evitar novas situações de constrangimento e garantir igualdade de tratamento a todos. O Sr. **Luiz Mário** reforçou que a principal preocupação da equipe de segurança sempre foi prevenir problemas antes, durante e após os eventos, destacando que o fato de não terem ocorrido registros policiais relevantes era resultado justamente do trabalho preventivo desenvolvido. Reiterou a necessidade de maior atenção por parte da organização quanto à distribuição das credenciais e ao respeito aos trabalhadores responsáveis pela segurança. O **Vereador Danilo** parabenizou o cidadão pela postura firme e coerente que sempre demonstrou perante a comunidade gloriense. Destacou que críticas construtivas e elogios deveriam ser feitos com a mesma responsabilidade e reconheceu as dificuldades enfrentadas pela equipe de segurança para controlar o acesso ao parque de exposições. Observou que a facilidade concedida por meio das credenciais não poderia transformar-se em problema para aqueles responsáveis pela fiscalização e acrescentou que, caso tais situações persistissem, seria preferível reavaliar a política de distribuição de cortesias. Ressaltou, ainda, que, por se tratar de evento gratuito, a comercialização de bebidas e alimentos constituía importante fonte de receita para custear a estrutura da festa, razão pela qual a população deveria colaborar respeitando as regras estabelecidas. Ao final, renovou seus cumprimentos ao cidadão pela coragem de trazer o assunto ao Plenário. Esta **Secretária** esclareceu que as cortesias disponibilizadas para o evento eram encaminhadas ao Prefeito Municipal, responsável por sua distribuição, observando que tal procedimento frequentemente gerava questionamentos por parte da população. Em resposta, o Sr. **Luiz Mário** informou que, conforme lhe fora informado pelos organizadores, haviam sido confeccionados 150 (cento e cinquenta) adesivos, dos quais 100 (cem) permaneceriam com a empresa promotora do evento e 50 (cinquenta) seriam destinados ao Município. Ressaltou, contudo, que sua maior preocupação não era a quantidade de credenciais, mas sim a forma como eram distribuídas, defendendo que houvesse maior valorização dos cidadãos glorienses. Encerradas as manifestações, o **Presidente Renato**

